

# Conhecimento ancestral: passado, presente e futuro da agricultura no Brasil

Luiz Fernando Vianna<sup>1</sup>

Estamos vivendo um momento ecológico-histórico no qual o passado e o presente estão dialogando intensamente. O resultado desse diálogo pode ser uma despedida, através da qual o passado será totalmente sepultado, juntamente com as suas culturas, tradições, valores e conhecimento. Ou um reencontro, no qual o passado será reconhecido e reintegrado a uma modernidade que sofre com as suas escolhas. Neste artigo apresento uma breve reflexão sobre a importância do conhecimento ancestral para o futuro da agricultura e do meio ambiente no Brasil.

A arqueologia, a etnografia e a ecologia histórica vêm abrindo novas perspectivas sobre a história ambiental do Brasil. Antes prevalecia a narrativa de que as florestas eram ambientes formados predominantemente por processos ecológicos independentes da influência antrópica. Hoje já se sabe que as populações humanas originárias da América do Sul interagem ativamente como parte importante desses processos – os humanos como parte da natureza.

Durante a pandemia de Covid 19 e nos anos que a sucederam, a Amazônia e seus povos ganharam evidência tanto na mídia quanto nas pesquisas científicas, com destaque para a sua importância em relação às mudanças climáticas e à preservação da biodiversidade, diante de um processo acelerado de desmatamento e queimadas associado majoritariamente ao setor madeireiro e às práticas agropecuárias.

Na edição de julho de 2024 a revista Piauí publicou o artigo “A Floresta é a pirâmide”, do jornalista Bernardo Esteves. O jornalista entrevistou o arqueólogo Eduardo Neves, com quem discutiu importantes artigos

científicos publicados recentemente sobre a distribuição de espécies vegetais de interesse humano e a relação dessa distribuição com o uso ancestral delas. Entre os assuntos abordados, destaca-se a importância do conhecimento ancestral no manejo agroflorestal realizado até hoje pelas tribos mais isoladas da Amazônia, associando aspectos importantes da cultura daqueles povos em relação a sua medicina, alimentação e crenças religiosas.

Em abril de 2024, durante uma expedição ao Yaripo, montanha sagrada para os Yanomâmis, tive o privilégio de passar dez dias percorrendo trilhas e acampando na selva sob a guarda e a orientação dos indígenas da aldeia Maturacá. Em um dos acampamentos, no meio da Floresta Amazônica, o líder yanomâmi da expedição, Edvaldo (eles não pronunciam seus nomes verdadeiros) nos explicou que ali fora a aldeia onde seu avô nasceu e que futuramente estaria pronta para uma nova geração. Os Yanomâmis planejam suas aldeias pensando nas futuras gerações. Há critérios de escolha dos locais e a cada mudança eles propiciam a regeneração da floresta para que as gerações futuras possam novamente viver nela e dela. O que aprendemos sobre indígenas serem nômades é, na verdade, um processo de uso e regeneração planejado para manutenção da capacidade do ambiente em sustentar as futuras gerações.

Parte da técnica de regeneração adotada pelas sociedades indígenas está associada à noção de pertencimento à Natureza. Curiosamente o conceito de ecologia não existe na língua yanomâmi, uma vez que eles não possuem uma separação da Natureza. Para eles é muito difícil compreender

a forma como produzimos os nossos alimentos. Para eles floresta e alimento são indissociáveis. Tudo é feito de forma orgânica, natural, sutil, com base em conhecimento intergeracional transmitido através da oralidade, sem o emprego racionalizado de uma “tecnologia” e sem objetivos comerciais.

Durante minha vivência com os indígenas aprendi que cada integrante da floresta é uma entidade espiritual que merece respeito como se fosse um parente. Para se locomover, cultivar o solo, coletar frutos ou caçar, os yanomâmis pedem licença aos caminhos, aos minerais, às plantas e aos animais. Adentrar à floresta em um território indígena e percorrer suas trilhas em segurança só é possível com autorização dos xapiris (espíritos da floresta), que são consultados pelos pajés em rituais de proteção. Não é permitido aos napê (não indígena, branco) retirar nada da floresta, seja uma pedra, um galho ou uma semente caída no solo. Até mesmo os indígenas estão sujeitos a limitações de acesso a locais sagrados de acordo com a sua idade ou nível de aprendizado.

O que hoje observamos na Amazônia faz parte de um processo histórico com raízes fortemente associadas ao sul do Brasil. Enquanto a Amazônia ainda resguarda uma pequena porção de conhecimento ancestral vivo, o mesmo não pode ser dito em relação às sociedades e culturas nativas dos estados do Rio Grande do Sul (RS) e de Santa Catarina (SC). Esse conhecimento foi dizimado pelos colonizadores que suprimiram as florestas e os indígenas que habitavam essas terras.

Conhecermos essa história é fundamental para o futuro da agricultura no Brasil. O que hoje vem sendo observado e descoberto na

<sup>1</sup> Biólogo, Dr. em Geografia. Pesquisador da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri. Rodovia Admar Gonzaga, 1347 – Itacorubi, Florianópolis, SC -Brasil – CEP 88034-901. E-mail: vianna@epagri.sc.gov.br

Amazônia possui fortes ligações com o que vem sendo pesquisado nos estados do sul desde a década de 1990. O trabalho realizado pelo arqueólogo Francisco Silva Noeli é indispensável para compreendermos a forma como os guaranis e as demais etnias interagiam com o ambiente florestal do sul do Brasil. O que hoje compreendemos como um manejo florestal realizado pelas etnias amazônicas também possui evidências no RS e em SC. Da mesma forma, o processo de desmatamento e extermínio que ainda ocorre na Amazônia em muito se assemelha ao que ocorreu na Região Sul entre 1800 e 1900.

A sabedoria ancestral dos povos que habitavam o Brasil antes da chegada dos colonizadores ainda vive e começa a ser reconhecida como uma chave para a solução de diversos problemas ambientais e climáticos que hoje conhecemos. O Brasil talvez seja um dos poucos países do mundo que ainda possui esse conhecimento vivo sobre manejo sustentável de florestas. Mesmo grupos indígenas que já se integraram à “sociedade ocidental” mantêm algum nível de conhecimento ancestral associado ao manejo florestal. O que hoje orgulhosamente denominamos “Plantas Alimentícias Não Convencionais”, “Agricultura

Regenerativa”, “Agricultura Orgânica” ou “Sistemas Agroflorestais” nada mais é do que o despertar sobre algo que sempre foi feito no Brasil pelas suas populações originárias, mas que foi totalmente renegado pelo processo de colonização.

Ironicamente dois europeus podem ser considerados os grandes difusores do conhecimento ancestral na América do Sul. A extensa obra do suíço-paraguaio Moisés Santiago Bertoni (1857-1929) tem como destaque os três volumes de *La Civilización Guaraní* (1922, 1927, 1954). A importância da sua obra vai além do resgate do conhecimento ancestral: ela abarca o respeito e a admiração a esses povos e é considerada por historiadores contemporâneos como um contraponto científico ao discurso colonialista.

Em outra linha, atualmente no Brasil Ernest Götsch é conhecido como um dos grandes difusores da chamada “Agricultura Sintrópica”, uma abordagem de cultivo baseada na observação dos processos naturais encontrados nos ecossistemas florestais. Essa abordagem apresenta alguns aspectos técnicos oriundos da agronomia, mas sua base é ecológica. Apesar do atual reconhecimento, seu trabalho na Bahia dialoga com o que já praticava Sosthenes Miranda, conforme

documentado em “Sombreamento dos Cacauais” de 1938.

Ainda há muita resistência no meio rural para se adotar o conhecimento ancestral, mesmo quando ele vem atualizado através da Agricultura Sintrópica. Ainda é comum o discurso de que apenas os sistemas denominados “convencionais” são produtivos o suficiente para alimentarem uma população humana crescente. Mas, a passos lentos e firmes, as iniciativas práticas vêm demonstrando o contrário. É cada vez mais evidente que estamos diante da necessidade de uma regeneração ambiental urgente, que só será possível se for feita em paralelo à produção de alimentos. Precisamos aprender com os povos originários.

Em Santa Catarina tive o privilégio de conhecer uma propriedade rural, em Anitápolis, autossuficiente em alimentos. Em pouco mais de meio hectare de Agricultura Sintrópica duas agricultoras de origem europeia (uma neta de alemães e outra francesa) produzem seus alimentos, seus remédios e seus cosméticos. Tratam sua água e seus resíduos. Recebem pessoas interessadas em agroecologia e as acolhem em uma experiência única. E comercializam seus produtos em Florianópolis. Elas são, junto com as tribos amazônicas, uma prova da viabilidade em se produzir alimento de qualidade, em abundância e em sintonia com os fluxos naturais.

Reconhecer humildemente os equívocos que nossos ancestrais europeus cometeram durante o processo de colonização global e estar aberto ao aprendizado com os descendentes dos povos originários é o primeiro passo para ampliarmos nossos conhecimentos sobre o que é produzir alimento de forma sustentável em um país tropical. A agricultura do futuro no Brasil sempre existiu por aqui, apenas foi substituída por uma que se acreditava ser melhor, mas vem demonstrando suas limitações. Nosso desafio está em buscar uma integração entre os conhecimentos ancestrais e a agricultura de origem europeia para alcançarmos uma qualidade alimentar com sustentabilidade intergeracional.



“A agricultura é a arte de guardar o sol” – Sítio Aimotoá, Anitápolis.

Foto: Luiz Fernando Novaes Vianna